

Professor vê manobra na proposta de Edison Lobão

As propostas dos deputados federais Edison Lobão (PDS-MA) e Carlos Augusto (sem partido/PI), de promover a transferência dos títulos de eleitores dos cidadãos brasileiros para os Estados de origem, permitindo-lhes votar, e do governador Lamaison, de transformar as cidades satélites em municípios, com prefeitos nomeados e vereadores eleitos, foram repudiadas ontem por dirigentes sindicais brasileiros.

— Queremos votar não só para votar. Queremos eleger representantes que estejam vivenciados com os problemas de Brasília. O que adianta escolher o governador do meu estado natal? ele não se preocupará em resolver os problemas do Distrito Federal”, comentou Aurélio Anchises, Secretário-Geral do Sindicato dos Professores, em relação à proposta dos deputados Edison Lobão e Carlos Augusto, de os brasileiros poderem votar nos candidatos dos seus estados de origem.

Quanto à proposta do governador Aimé Lamaison, de transformar as cidades satélites em municípios, Anchises diz que “o ideal é que inclusive os prefeitos sejam eleitos. Por que o povo não pode escolher os seus representantes?”. Embora considere que os projetos se colocam sem validade em si mesmos, mas que vêm como feito de uma tentativa por parte do governo de driblar a mobilização que vem sendo alcançada pela população brasileira na luta pelo direito de votar, o secretário do Sindicato dos Professores acha que a luta pela representação política deve continuar, mesmo que estas propostas venham a ser implementadas. “Esperamos que os partidos de oposição não apoiem estes projetos, e que as entidades sindicais, associações profissionais e outras organizações populares continuem na luta pela eleição de re-

presentantes de Brasília, em todos os níveis”.

PLEBISCITO

Para José Neves, presidente do Sindicato dos Comerciantes, estas tentativas vêm de encontro aos interesses da população brasileira, tentando manter Brasília como um paraíso dos tecnocratas.

— Na verdade, o povo de Brasília tem maturidade para pagar impostos, receber imposições como a taxa do lixo, aumentos nos preços dos transportes coletivos, do leite e do pão. Para isso tudo eles acham que temos maturidade. Mas para elegermos nossos representantes, não, — disse Neves, salientando que “numa capital que tem, entre outros órgãos, o Tribunal Superior Eleitoral, não se dá o direito maior que é o de votar, ser votado, e escolher o nosso caminho, sendo representados por pessoas eleitas”.

O presidente do Sindicato dos Comerciantes tem uma proposta concreta em relação às propostas dos deputados, como também do governador, que é a realização de um plebiscito de consulta mediante o qual a população de Brasília expresse o seu ponto de vista.

Joaquim Pereira de Oliveira, Cesar Paranhos e Nilza Gonçalves de Albuquerque, populares que se encontravam ontem no Setor Comercial desconheciam as propostas de Lobão e Augusto, bem como do governador Lamaison. Paranhos, entretanto, descredita da validade de eleição para o DF. Segundo ele, “a gente vota e os caras fazem o que bem entendem, da cabeça deles: então não adianta votar”. Já Oliveira vê com bons olhos a representação política para Brasília em todos os níveis, acreditando que apenas com ela é que a população brasileira terá as mínimas condições para “controlar” melhor os seus governantes.